ISSN: 2358-8829

# Racismo Institucional e Formação de Capital Humano: Evidências Descritivas sobre a Trajetória de Estudantes Negros no Ensino Superior Brasileiro

Pedro Augusto Antonio da Silva [1]
Maria Aparecida Nunes Pereira [2]

## INTRODUÇÃO

A persistência das desigualdades raciais no Brasil constitui um fenômeno histórico e estruturalmente enraizado, cujas origens remontam à formação econômica do país fundada no trabalho escravizado e na extrema concentração de renda. A abolição formal em 1888 não foi acompanhada por políticas de inserção econômica e escolarização da população negra, resultando na reprodução intergeracional de desvantagens sociais e materiais. No âmbito da Economia da Educação, a formação de capital humano é compreendida como um investimento em capacidades e conhecimentos que elevam a produtividade e os rendimentos futuros. Contudo, a capacidade de converter educação em oportunidades depende das condições institucionais de permanência e pertencimento.

Com a implementação de políticas de ação afirmativa no ensino superior, notadamente a Lei nº 12.711/2012 e a Lei nº 14.723/2023, o perfil dos estudantes universitas transformou-se com a ampliação do ingresso de grupos historicamente sub-representados. No entanto, a democratização do acesso não assegura automaticamente a igualdade de experiências no interior das instituições. O racismo institucional manifesta-se por meio de rotinas, práticas, normas e relações interpessoais que geram tratamento ou resultados desiguais, afetando o bem-estar e a permanência estudantil.

Diante desse cenário, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar as experiências e percepções de racismo institucional entre estudantes do ensino superior brasileiro e investigar sua associação com indicadores autorrelatados de desempenho, pertencimento e permanência acadêmica, discutindo seus desdobramentos para a formação de capital humano. Especificamente, buscou-se: a) caracterizar o perfil

[1] Graduando do Curso de Ciências Economicas da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, pedro.augusto4@academico.ufpb.br;
[2] Profª do Departamento de Fundamentação da Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, marinunes.edu@gmail.com;

ISSN: 2358-8829

sociodemográfico e institucional da amostra; b) mensurar a frequência das experiências de discriminação racial; c) analisar a percepção de pertencimento e igualdade de oportunidades; d) investigar a associação entre a percepção de prejuízo racial, desempenho e intenção de permanência; e e) interpretar relatos qualitativos sobre o racismo no ambiente acadêmico. Metodologicamente, adota-se um delineamento exploratório, descritivo e transversal com abordagem de métodos mistos, fundamentando-se em uma amostra de 1.064 estudantes de 47 instituições de ensino superior brasileiras.

## METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem metodológica de natureza mista (quanti-qualitativa), de caráter exploratório, descritivo e transversal. O objeto empírico é a percepção de racismo institucional entre estudantes do ensino superior brasileiro, focando nos estudantes não brancos (pretos e pardos, representando 81,9% da amostra), mantendo grupos de comparação (brancos e indígenas).

A coleta de dados ocorreu entre 03 de março e 20 de junho de 2026, por meio de questionário eletrônico estruturado aplicado no *Google Forms*, divulgado via amostragem não probabilística por conveniência e bola de neve, com apoio de centros acadêmicos, DCEs e redes de pesquisa. A amostragem alcançou 1.064 respondentes de 47 instituições distribuídas pelas cinco regiões do país, com maior concentração na Região Nordeste (79,7%), seguida do Sudeste (8,4%), Norte (6,4%), Centro-Oeste (3,6%) e Sul (2,0%). O instrumento estruturou-se em quatro blocos: (i) Perfil socioeconômico; (ii) Trajetória acadêmica; (iii) Experiências de racismo institucional; e (iv) Impactos na formação de capital humano.

A análise quantitativa compreendeu estatística descritiva (frequências, médias e tabelas de cruzamento) e testes de associação qui-quadrado ($X^2$) com V de Cramér. Para verificar determinantes da autoavaliação do desempenho acadêmico (variável de 1 a 4), estimou-se um modelo econométrico linear por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e testes de robustez por Logit Ordenado e Logit Binário (para intenção de desistência). A análise qualitativa das 50 respostas abertas facultativas utilizou a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), permitindo a emergência indutiva de núcleos de sentido e categorias analíticas.

ISSN: 2358-8829

## REFERENCIAL TEÓRICO

O arcabouço teórico deste estudo estrutura-se na articulação entre a Teoria do Capital Humano, a Economia da Discriminação e as teorias sociológicas sobre racismo estrutural e institucional. Almeida (2019) conceitua o racismo estrutural como um elemento constituinte das relações sociais e institucionais que opera independentemente de intenções individuais explicitamente preconceituosas. No ambiente educacional, o racismo institucional manifesta-se em rotinas, ausência de representatividade e microagressões sutis que afetam o ambiente de aprendizagem. Munanga (2004) e Souza (2009) destacam como a ideologia da democracia racial e a meritocracia mascaram essas desigualdades, atribuindo falhas estruturais a limitações individuais.

A Teoria do Capital Humano (BECKER, 1964; SCHULTZ, 1973) postula que os investimentos em escolarização geram aumentos de produtividade e retornos econômicos. Contudo, Becker (1957) introduz a Economia da Discriminação ao demonstrar que preferências discriminatórias baseadas em características não produtivas geram ineficiências alocativas e perdas econômicas. Heckman (2006) amplia essa interpretação ao comprovar que competências não cognitivas (como autoconfiança, pertencimento e estabilidade emocional) interferem decisivamente no aprendizado e nos retornos do investimento educacional. Tinto (1975, 1993) reforça que a permanência estudantil depende do grau de integração social e acadêmica.

No Brasil, a expansão do ensino superior e o sistema de cotas (Lei nº 12.711/2012) diversificaram o perfil discente. Não obstante, dados do IBGE (2022) e do Censo da Educação Superior (INEP, 2024) revelam a permanência de disparidades nas taxas de conclusão e no rendimento no mercado de trabalho entre brancos e não brancos, reforçando que o racismo institucional atua como fonte de ineficiência econômica ao provocar desperdício de capital humano potencial.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A caracterização da amostra (N=1.064) revelou predominância de jovens entre 18 e 20 anos (47,9%), mulheres (56,0%) e estudantes autodeclarados não brancos (44,0% pardos e 38,0% pretos, somando 81,9%). A maioria estuda em universidades públicas federais (88,9%), ingressou via ações afirmativas (30,1% cotas sociais e 28,1% cotas

raciais) e possui renda familiar de até 1 salário mínimo (43,0%) ou de 1 a 3 salários mínimos (30,6%).

Quanto à percepção de racismo institucional, 79,7% relataram ter presenciado ou vivenciado discriminação racial na universidade (22,4% frequentemente, 22,5% ocasionalmente e 34,9% raramente). A prevalência da resposta "raramente" é compatível com a teoria das microagressões raciais sutis e difusas. Os episódios concentram-se em interações entre colegas, salas de aula e setores administrativos, manifestando-se por piadas racistas, tratamento diferenciado e comentários ofensivos. Adicionalmente, 69,8% afirmaram ter sentido deslocamento racial (não pertencimento) e 74,0% declararam que não há igualdade de oportunidades entre estudantes negros e brancos.

No âmbito dos impactos acadêmicos, 46,6% afirmaram ter sido prejudicados academicamente por questões raciais e 40,4% declararam "não ter certeza". A intenção de desistência do curso por dificuldades acadêmicas foi citada por 48,5% dos respondentes. Na análise econométrica por MQO (n=625), a variável de prejuízo racial apresentou coeficiente negativo sobre a autoavaliação do desempenho ($\beta$ = -0,070$), indicando a direção esperada pela literatura, mas sem significância estatística (p=0,517), resultado confirmado pelo modelo Logit Ordenado de robustez ($\beta$ = -0,091; p=0,597). Essa ausência de significância é atribuída a limitações de medidas autorrelatadas e ao achatamento de variância. Contudo, no modelo Logit Binário para intenção de desistência, a percepção de prejuízo racial apresentou coeficiente positivo e marginalmente significativo a 10% ($\beta$ = 0,354; p=0,081).

A análise qualitativa de conteúdo (Bardin) estruturou-se em cinco categorias: 1) *Invisibilização e não pertencimento*; 2) *Microagressões e comentários discriminatórios*; 3) *Representatividade e desigualdade institucional*; 4) *Exclusão social nas relações acadêmicas*; e 5) *Resistência, permanência e construção de identidade*. Os relatos confirmaram que o racismo opera de forma velada e institucional, provocando retração da participação acadêmica, ao mesmo tempo que mobiliza estratégias de resistência política e afirmação identitária.

ISSN: 2358-8829

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisou a relação entre o racismo institucional e a formação de capital humano de estudantes não brancos no ensino superior brasileiro. As evidências demonstram que, embora as políticas de ação afirmativa (Lei de Cotas) tenham democratizado a porta de entrada da universidade, subsistem barreiras institucionais e interpessoais que afetam a experiência discente. O racismo institucional é percebido de forma ampla em uma amostra nacional, expressando-se em sentimentos de não pertencimento, percepção de desigualdade de oportunidades e intenção de evasão.

Sob a perspectiva da Economia da Educação, os achados sugerem que o racismo institucional

l funciona como uma fonte de ineficiência e risco aos investimentos educacionais públicos e privados. Ao afetar dimensões socioemocionais e a integração acadêmica, o ambiente excludente pode limitar o pleno desenvolvimento de competências e a conversão do acesso educacional em produtividade futura e desenvolvimento econômico inclusivo.

Embora o delineamento transversal e a amostra por conveniência não permitam inferir causalidade direta ou generalização estatística populacional, a convergência entre os dados quantitativos e as narrativas qualitativas confere consistência às conclusões exploratórias. Conclui-se que o enfrentamento ao racismo institucional ultrapassa o imperativo ético e moral, consolidando-se como uma agenda estratégica de política pública e desenvolvimento econômico voltada à retenção estudantil e à plena formação do capital humano no Brasil.

**Palavras-chave:** Racismo institucional; Capital humano; Economia da Educação; Ensino superior; Permanência estudantil.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Equidade.Info e às redes de estudantes, centros acadêmicos e Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs) que colaboraram diretamente para o alcance e divulgação do instrumento de pesquisa junto a instituições de ensino superior em todo o Brasil.

ISSN: 2358-8829

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Jandaíra, 2019.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BECKER, Gary S. Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. 3. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1993. Publicado originalmente em 1964.

BECKER, Gary S. The economics of discrimination. Chicago: The University of Chicago Press, 1957.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 30 ago. 2012.

BRASIL. Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 12.711/2012. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 14 nov. 2023.

HECKMAN, James J. Skill formation and the economics of investing in disadvantaged children. Science, Washington, v. 312, n. 5782, p. 1900-1902, 2006.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo da Educação Superior. Brasília: INEP, 2024.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SCHULTZ, Theodore W. Investment in human capital. The American Economic Review, Nashville, v. 51, n. 1, p. 1-17, 1961.

SCHULTZ, Theodore W. O valor econômico da educação. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SOUZA, Jessé. A ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

TINTO, Vincent. Dropout from higher education: a theoretical synthesis of recent research. Review of Educational Research, Washington, v. 45, n. 1, p. 89-125, 1975.

TINTO, Vincent. Leaving college: rethinking the causes and cures of student attrition. 2. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.